

As Ciências Sociais e a Universidade Estadual no Rio Grande do Sul

Social Sciences and the State University in Rio Grande do Sul

Hemerson Pase*
Ana Paula Dupuy Patella**

Resumo: O artigo analisa a relação entre a criação e a consolidação da academia no Rio Grande do Sul e as ciências sociais. A metodologia pautou-se pela análise teórica e histórica da constituição e consolidação do ensino superior e das ciências sociais no Brasil e no Estado, além de pesquisa empírica dos currículos e carreiras dos profissionais da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). A educação superior no Estado do Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, recebe uma influência determinante da elite de cientistas sociais. A UERGS é influenciada diretamente pelas ciências sociais na sua concepção (cursos, currículo) e na sua construção.

Palavras-chave: Educação Superior, Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil.

Abstract: The article analyzes the relationship between the creation and consolidation of the State University of Rio Grande do Sul – UERGS and the social sciences. The methodology was ruled by the theoretical and historical analysis of the constitution and consolidation of the higher education and of the social sciences in Brazil and in the State, besides empiric research of the curricula and the professionals' of UERGS careers. The superior education in the State of Rio Grande do Sul, as well as in Brazil, it receives a decisive influence of the social scientists' elite. UERGS is influenced directly by the social sciences in his/her conception (courses, curriculum) and in his/her construction.

* Doutor em Ciência Política (2006) e Mestre em Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), Graduado em Filosofia (1992). Professor do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

** Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande e doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Keywords: Superior education, social sciences, State University of Rio Grande do Sul, Brazil.

Introdução

Este artigo¹ está sendo publicado tardiamente, pois havia sido esquecido nos alfarrábios elaborados no meu doutoramento² que se deu entre 2001 e 2006. Não obstante, após uma revisão comprehendi que seria valoroso publicá-lo para garantir o registro histórico.

No dia 10 de julho de 2001, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul criou a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Este foi um acontecimento marcante da história do ensino superior gaúcho, pois desde 1969 não se criava uma instituição pública de ensino superior pública no Estado.

Albuquerque e Rossato (2001) afirmam que o acontecimento foi resultado da luta de 17 anos, período em que o primeiro dos autores esteve envolvido em mobilizações com aquele propósito. Uma análise um pouco mais detalhada irá observar que o período em que o Estado do Rio Grande do Sul abdica de qualquer influência substantiva em relação ao ensino superior é bem maior.

O objetivo deste artigo é analisar a influência de professores com formação em ciências sociais na criação e instalação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

O problema de pesquisa é: em que medida as ciências sociais influenciaram na constituição e consolidação da UERGS? A hipótese que pretendemos testar é que as ciências sociais são a área de pesquisa mais relevante na criação da UERGS³, bem como dos seus precursores e docentes.

Além desta análise, pretende-se estabelecer um paralelo entre a UERGS e Universidade de São Paulo – USP, com quem, apesar da distância cronológica, possui

¹ Agradecemos à Juslaine Tonin e ao Tiago Barcellos pela revisão e formatação.

² O primeiro autor agradece imensamente ao prof. Dr. Helgio Trindade pelo estímulo para a realização da pesquisa e a escrita do trabalho nos idos de 2002, quando cursei com ele a disciplina de Seminário de Tese no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

vários pontos de contato, tanto em relação ao debate anterior, que justifica ambas as instituições, como em relação a seus mentores, suas inserções no mercado de trabalho e seu público-alvo.

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa a partir de revisão bibliográfica, análise de documentos e atos oficiais e discursos de atores políticos. Além disso foi feita uma pesquisa empírica junto ao Departamento de Recursos Humanos da UERGS manipulando diretamente as pastas, com os documentos, dos professores da instituição. Analisou-se os arquivos de cento e doze (112) professores que atuaram na UERGS até o final de 2002. A pesquisa obteve dados a respeito da idade, origem sub-regional, experiência profissional anterior, formação acadêmica e local de formação acadêmica. Além disso, a pesquisa levantou dados sobre os cursos e particularmente sobre a grade curricular do Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.

A falta da identificação do perfil dos estudantes da UERGS, apesar de arrefecer a profundidade da análise, ocorreu em razão do escasso espaço de tempo decorrido desde o início das atividades acadêmicas, já que a pesquisa foi realizada em 2002 ano em que houve o primeiro processo seletivo de ingresso de alunos na UERGS.

Não obstante, importa alertar que alguns documentos têm data mais recente em razão da revisão o texto. Além disso, um documento importante para o trabalho foi consultado in loco e não tem versão pública, trata-se do relatório do Grupo de Trabalho que deu origem à criação da UERGS (Rio Grande do Sul, 2000).

As ciências sociais⁴ e a educação superior no Brasil

Para entender o processo que desembocou na constituição da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), é relevante visualizarmos alguns elementos da história do ensino superior no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, ambos articulados a uma conjugação de fatores situados nas demandas sociais, diferenças

³ Atenção: é preciso considerar que estes resultados dizem respeito a apenas um ano de funcionamento da UERGS, que iniciou suas atividades acadêmicas no primeiro semestre de 2002.

⁴ As ciências sociais são definidas segundo a área de conhecimento do CNPq.

regionais, inserções intelectuais e profissionais, além da concepção de ciência, tecnologia e educação superior.

A educação superior no Brasil está intimamente ligada à constituição e consolidação da elite nacional, que, durante do período colonial até o final da Primeira República, teve sua formação intelectual feita, quase sem exceção, em Portugal na Universidade de Coimbra, onde a maioria esmagadora dos brasileiros que galgavam *status “superior”* cursava direito e, uma parcela muito menor, engenharia e medicina.

A “elite de bacharéis” foi responsável direta pela manutenção do território nacional, preocupação que embasava a constituição do “estado nacional”, e não a implantação do liberalismo democrático. Muito diferente agiu a elite constituída na América Espanhola, que primava pela constituição da “república liberal”, cujo vice-reinado do Prata propiciou várias rupturas territoriais (Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina). Esta diferença ideológica e conceitual entre a elite brasileira e latino-americana ocorre como resultado do processo de desenvolvimento da educação superior entre as colônias espanhola e portuguesa. Existe um paradoxo comparativo entre o caso brasileiro e a América Espanhola, pois ocorre uma distância cronológica de alguns séculos entre a implantação da educação superior. A primeira universidade na colônia espanhola surge em 1538 (Santo Domingo); mais tarde, em 1613, surge a Universidade de Córdoba, na Argentina. No Brasil, as primeiras cátedras (de anatomia) surgem apenas em 1808, no Rio de Janeiro e na Bahia, com a vinda da família real portuguesa. Não obstante, ocorre uma diferença bastante significativa nos modelos institucionais das universidades de origem espanhola e portuguesa. As primeiras eram públicas e católicas, inspiradas na Universidade de Salamanca, ao passo que no Brasil será adotado o modelo de faculdades isoladas, inspiradas na Universidade Napoleônica.

Somente em 1839 o império brasileiro cria as faculdades de direito de Olinda, Recife e São Paulo. As primeiras universidades (privadas) surgem somente no início do século XX, através de uma aliança entre Benjamim Constant (positivista) e os Liberais. A partir de 1839 a elite começa a ser formada no Brasil, mantendo a tendência de prevalência do investimento nas faculdades de direito.

Em 1930, com a assunção de Getúlio Vargas ao poder e com a iniciativa do seu Ministro da Saúde e Instrução Públicas, Gustavo Capanema, começam a se estruturar as universidades e faculdades regionais onde a oligarquia nacional passa a formar seus filhos. Não obstante, até 1945 a elite brasileira ainda é hegemonizada pelos “bacharéis em direito” inspirados no positivismo e no darwinismo europeus.

A partir de 1930 emerge uma nova elite nacional formada nas faculdades de ciências econômicas. Este período é marcado fortemente, no âmbito internacional, pelos reflexos da primeira guerra mundial e, internamente, pela conquista golpista do poder central de uma articulação oligárquica comandada por Getúlio Vargas, que exclui a elite do Estado de São Paulo.

Estas duas marcas de época, aliadas a várias outras conjunturas nacionais, produzirão uma transformação radical da realidade brasileira. O “Estado Novo” rompe definitivamente com a descentralização da República Velha e imprime uma centralização crescente, tanto no impulso das políticas públicas, quanto na constituição do aparato burocrático estatal, apesar de Vargas manter laços regionais que, após o golpe militar de 1937, se mostraram análogos à “política dos governadores” da Primeira República.

A elite econômica cumprirá papel determinante na constituição do estado nacional, tanto no impulso do processo de urbanização e industrialização brasileiro, como na incorporação da classe trabalhadora através da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. No entanto, o poder central manterá laços estreitos com as oligarquias regionais, premiando os fiéis defensores do regime com acesso ao governo e suas prebendas.

Não obstante, nos rincões mais longínquos do centro do poder, manter-se-á alijada do Estado uma parcela importante da sociedade brasileira que não foi incorporada pelo governo Varguista: os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários rurais. Em muitas regiões as relações de dependência clientelistas não foram somente mantidas como até ampliadas, em razão da nova legislação eleitoral que aumentava consideravelmente o número de eleitores.

Com o final do regime Varguista emerge a elite dos cientistas sociais que encontra seu ponto culminante com hegemonização do governo federal pelo presidente Fernando Henrique Cardoso durante oito anos, de 1995 a 2002.

A classe dirigente nacional deixa de ser hegemonizada pelos bacharéis em direito e passa para as mãos dos economistas e cientistas sociais. Esta última tem sua origem nos anos 1930, profissionaliza-se na década de 1960 e hegemoniza a elite nacional na década de 1990.

Os intelectuais das ciências sociais, até a década de 1930, baseiam-se no positivismo difuso e possuem um caráter ensaísta⁵. A partir de 1930 começa a ocorrer a institucionalização e constituição dos fundamentos das ciências sociais tal qual conhecemos atualmente. Cronologicamente, a data mais adequada para marcar este processo é 1934, quando ocorre a fundação de duas instituições em São Paulo, a Universidade de São Paulo – USP, e a Escola Livre de Sociologia e Política, criada por Roberto Simonsen.

A USP surge através de uma articulação regional das elites públicas e privadas contando com o apoio intelectual e a colaboração metodológica de professores franceses e americanos. Surge impulsionada pela oligarquia paulista que havia sido excluída do poder central pelo golpe de 1930, e que não consegue voltar ao poder através do contragolpe de 1932. A base precursora deste processo de institucionalização das ciências sociais é a criação da Associação Brasileira de Educação em 1924, que difunde as ideias da Escola Nova⁶, cujos principais expoentes são Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, um dos primeiros intelectuais brasileiros a percorrer o caminho teórico em busca de um quadro conceitual científico e investigativo procurando revelar os fundamentos da sociedade brasileira.

Ao lado destas iniciativas que impulsionaram a constituição e consolidação das ciências sociais no Brasil, ocorre a criação do Ministério do Trabalho que tem a função

⁵ Esta é uma das características que unifica a constituição e consolidação das ciências sociais na América Latina.

⁶ A Escola Nova ou o escolanovismo é uma doutrina psicopedagógica pragmática, cuja concepção afirma que o professor é um intermediário, um facilitador da relação do aluno e seu meio. A metodologia é baseada no “aprender a fazer fazendo”, considerando a informação (concreta, observável, próximo da

de gerir os conflitos sociais e incorporar os trabalhadores urbanos e operários ao Estado. Esta iniciativa demonstra a ampliação da complexidade social que a urbanização e a industrialização nacional impulsionam, demandando a profissionalização dos intelectuais que a tomam em seus estudos, o que ocorre na década de 1970. Da mesma forma, a ascensão à elite não passa mais simplesmente pela formação acadêmica e pelas relações sociais que os intelectuais conseguem mobilizar a seu favor, é preciso demonstrar habilidades peculiares desta ciência (metodologia científica, posição filosófica) para interagir adequadamente na sociedade.

A partir do final da década de 1960 a elite dos cientistas sociais está profissionalizada e inicia sua consolidação. É importante ressaltar o paradoxo que emerge neste período, quando, apesar do golpe militar, ocorre um desenvolvimento da educação superior no Brasil. O regime militar que destrói o sistema universitário no Cone Sul, no Brasil desenvolveu-o através de um investimento forte na pós-graduação, em instituições públicas, cujo número de cursos passou de cem (100) para dois mil (2000). Os militares brasileiros cederam à pressão dos setores civis que haviam apoiado o golpe e perceberam a importância do investimento no ensino superior para impulsionar seu projeto de substituição de importações. Eram oferecidas algo em torno de 45 mil bolsas de estudos de pós-graduação por ano, sendo que, destas, umas cinco mil não eram utilizadas por falta de candidatos. Este processo perdurou até meados dos anos 1980.

Esse investimento no ensino superior possibilitou a formação dos cientistas sociais e sua fácil e rápida inserção profissional, seja em instituições de pesquisa e/ou ensino, seja no próprio aparato estatal. Ao lado da expansão da pós-graduação pública, a ampliação do acesso inicial à universidade ocorre através das universidades privadas, que aumentam fortemente sua participação na matrícula. As instituições públicas que em 1960 registravam 56,1 % das matrículas na educação superior, em 1990 caíram para 37,57%, e em 2000 para 32,92% (Brasil, 2002).

experiência) o mecanismo mais adequado para estimular a investigação. Predominância do técnico sobre o político.

O paradoxo se reafirma novamente quando, no final da década de 1980, o Brasil vive o retorno da democracia concomitante à crise do sistema público de educação superior e à expansão, ainda maior, do ensino privado. Cabe salientar o quanto a educação superior e a ciência e tecnologia são prestigiados em países desenvolvidos que, por mais que tenham uma clara orientação neoliberal em defesa da diminuição do Estado, não abrem mão de manter o controle público sobre estas áreas.

No Brasil, a “redemocratização” foi hegemônizada (sem consenso, é bem verdade) pela elite intelectual alinhada à concepção minimalista do Estado, no entanto procuraram desenvolver as políticas neoliberais sem nenhuma reserva de segurança, tencionando a abertura de todos os setores nacionais para o capital privado. Na educação isto se faz notar perfeitamente na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 aprovada, cujo conteúdo frustrou grandemente os setores ligados à educação, notadamente Associação Nacional dos Decentes do Ensino Superior (ANDES), União Nacional de Estudantes (UNE), Fórum de Defesa da Escola Pública e outras que, desde 1988, trabalhavam um texto que, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, foi barrado e em seu lugar votado um substitutivo elaborado pelo Ministério da Educação. Para Saviani (1997, p. 202), trata-se de “uma lei minimalista”, pois abre a possibilidade para a exploração lucrativa da educação.

A educação superior no Rio Grande do Sul

Desde a década de 1920 já se pensava em criar uma instituição de educação superior estadual no Rio Grande do Sul, seguindo o exemplo de outros estados brasileiros. Exemplo disso é o caso do Estado de São Paulo, cuja efervescência intelectual produz vários estudos que manifestam este desejo, sendo que um grupo de intelectuais que circulava na redação do jornal *O Estado de São Paulo* era o mais entusiasmado.

Nesta mesma perspectiva, em 1928, é criada pelo governo de Minas Gerais a primeira universidade pública estadual brasileira.

No Rio Grande do Sul, a primeira Instituição de Educação Superior surgiu em Pelotas em 1883, o que hoje conhecemos como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em 1891, foi fundada a Escola Prática de Agricultura e Viticultura, em Taquari, passando a se chamar Curso Superior de Agronomia e desaparecendo posteriormente. Em 1934 (mesmo ano de criação da USP), o Interventor Federal, General José Antônio Flores da Cunha, cria a Universidade de Porto Alegre que, em 1947, passa a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul, e, em 1950, é federalizada e torna-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Isto demonstra que o Estado do Rio Grande do Sul ausentou-se da atuação direta no ensino superior durante 51 anos, depois da primeira iniciativa, e que durante esse período manteve uma participação muito modesta, restrita apenas ao aporte econômico para as universidades comunitárias e/ou privadas, sob a forma de bolsas de estudo e/ou financiamento a estudantes pobres, bem como repasse de dinheiro diretamente às mantenedoras.

Depois da federalização da UFRGS surge a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (1960), a Universidade Federal de Pelotas – UFPel (1969), a Fundação Universidade de Rio Grande – FURG (1969), além da Fundação Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre – FFCMPA (1953). Este movimento de federalização da educação superior arrefeceu o ânimo dos que desejavam criar uma instituição estadual.

No quadriênio de 1999-2002, o Estado do Rio Grande do Sul, é governado pela Frente Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores – PT, cujas políticas educacionais do “Governo do Estado da Participação Popular”⁷ foram pautadas por uma concepção democrática e popular avessas ao neoliberalismo (pelo menos ao nível do discurso e da propaganda oficial), bem como pela influência do Fórum Mundial da Educação que ocorreu em Porto Alegre em 2001 e pelo Fórum Social Mundial, edições de 2001 e 2002, que ocorrem na mesma cidade. Além disso, as resoluções aprovadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO serviram como teses guias para tais políticas. Segundo Albuquerque e Rossato, a ênfase do governo sobre a educação era a seguinte:

[...] é um direito de todos e não uma mercadoria. A educação é percebida como complementar à própria condição humana e, portanto, é direito de

⁷ Marca da propaganda oficial do governo estadual no período 1999 – 2002.

todos e não somente para aqueles que tem condições econômicas para adquiri-la; portanto a educação pública torna-se indispensável e passa a ser um direito complementar ao direito da educação. Não se torna somente um instrumento econômico e social que possibilite um lugar no mercado de trabalho, mas é um processo pelo qual se cria o homem, para torná-lo mais humano, enquanto membro de uma sociedade que se torna uma obra comum de todos e para todos. E como direito, é visto como inerente à pessoa humana e, portanto, universal. E nessas circunstâncias, a escola é obrigatória deve ser gratuita, sem distinção de sexo ou situação social (Albuquerque; Rossato, 2002. P. 33).

Aliado a esta concepção, cabe destacar o resultado das políticas nacionais de educação superior no Rio Grande do Sul, cuja ampliação do acesso ocorria em instituições particulares. Em 1950, as Instituições de Educação Superior Públicas recebiam 69,89% das matrículas, caindo gradativamente a partir daí. Em 1960 caem para 49,02, em 1970 para 33,38, e para 23,95 em 1980, estabilizando-se a partir deste patamar, chegando a 1999 com 20,51% das matrículas (SEC, 2000 e 2001 Apud. Albuquerque; Rossato, 2002), conforme a tabela 1 a seguir:

Tabela 1⁸ – Percentual de matriculados nas Instituições de Educação Superior Públicas⁹ no Brasil e no Rio Grande do Sul de 1960 a 2000 (em %).

Ano	Brasil	RS
1960	58,6	49,02
1990	37,6	24,39
1999	-	20,51
2000	33	-

Fonte: INEP, 2000; Queiroz, 2013; SEC, 2000 e 2001 Apud. Albuquerque; Rossato, 2002)

A diminuição proporcional das matrículas nas Instituições de Educação Superior Pública na média nacional é de 13,59%, ao passo que na estadual é de 28,51%. Verifica-se que a queda nas matrículas públicas no Estado foi mais de 100% superior à queda nacional, apesar de o Rio Grande do Sul, ao lado do Rio de Janeiro, possuir o maior número de Instituições de Educação Superior Federais do país.

Além da limitada oferta quantitativa de vagas, tem-se uma estreita oferta qualitativa de carreiras. Antes do início das atividades acadêmicas da UERGS, o Estado

⁸ É preciso relativizar esta comparação estatística, pois relaciona dados obtidos em duas instituições diferentes, que, por sua vez, podem adotar metodologias diferentes.

⁹ Estão computadas instituições federais, estaduais e municipais.

do RS possuía um total de 79 cursos de graduação, ao passo que apenas uma universidade norte-americana, a de Berkeley, na Califórnia, possui 300 programas de graduação e pós-graduação, e a Universidade Autônoma de Lisboa, sozinha, possui 74 cursos.

Um exemplo da inexistência de relação direta entre quantidade de vagas oferecidas, de um mesmo curso, e a qualidade e eficiência produzida pode ser medido considerando o caso da formação odontológica. Apesar do RS e do Brasil possuírem uma das maiores concentrações de cirurgiões-dentistas do mundo, apresentam, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, um dos piores quadros de saúde bucal do planeta (Rio Grande do Sul, 2000).

Tudo isto, aliado à mobilização social da sociedade civil, articulada a organizações regionais e estaduais e mesmo às definições do “Orçamento Participativo”, sensibilizou o Governo a decidir pela criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

A constituição da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

A justificativa da constituição da UERGS parte de uma análise histórica do papel cumprido pela universidade, que define sua pertinência e relevância para o desenvolvimento econômico, para a autonomia nacional e para a qualidade de vida da população gaúcha e brasileira.

A partir da Segunda Guerra Mundial a universidade passa a cumprir um papel estratégico na formação de recursos humanos, produtores de conhecimento científico e tecnológico, responsabilizando-se pelo sucesso militar e econômico no pós-guerra. Estas são as principais razões da considerável afluência de recursos e do prestígio político dos sistemas de educação superior nos países desenvolvidos. No entanto, as transformações sociais decorrentes deste processo de desenvolvimento econômico, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos (e inclusive nas relações entre ambos), questionam e redefinem estes papéis, principalmente em relação às classes médias e trabalhadoras.

O papel da universidade está constantemente sendo colocado em discussão principalmente nos países do terceiro mundo, que possuem demanda reprimida por educação superior. As duas grandes teses a respeito da educação universitária (grosso modo) são polarizadas pelo Banco Mundial e, de outro lado, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. O Banco Mundial, principal agência internacional – ao lado do Fundo Monetário Internacional – a defender a diminuição do Estado e o neoliberalismo, explora a contradição entre as necessidades sociais e a incapacidade financeira dos Estados, existente nos países periféricos, para defender que estes devem preocupar-se exclusivamente com a educação fundamental e média e deixar a educação superior a cargo do mercado, devido ao montante de investimento que este nível educacional demanda.

A UNESCO, na Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada em Paris (entre 5 e 9 de outubro de 1998), adotou posição contraditória à do Banco Mundial. As teses aprovadas na conferência “[...] afirmam o papel insubstituível do Estado na democratização do acesso ao ensino superior, além de posicionarem-se [...] em favor da supressão de barreiras de gênero e em defesa da liberdade acadêmica [...]” (UNESCO, 2003).

As resoluções ainda chamavam a atenção para a importância das universidades para a “sociedade do conhecimento” ou “economia do aprendizado”, que emergiam de um novo padrão de relações políticas, econômicas e culturais, cujo padrão e contexto das forças produtivas impõe ao desenvolvimento científico uma postura de abertura ao conhecimento e à inovação. É certo que

[...] a existência de sólidos sistemas universitários, articulados com os sistemas de decisão política e econômica dos seus respectivos países, constituem a condição *sine qua non* para a possibilidade das nações modernas definirem seus objetivos estratégicos e os meios capazes de assegurá-los [...] (Rio Grande do Sul, 2000, p. 19).

É visível a preocupação dos estudiosos sobre a universidade na tentativa de definir novos paradigmas conceituais capazes de atualizar a função histórica desta instituição milenar. Os debates iniciais indicavam que a universidade precisava resgatar vários elementos de sua constituição na idade média, tais como o seu componente

“internacional” quando ultrapassava reinos e feudos, uma formação cultural, universal e humanista forte, sem estreitamento disciplinar.

É impressionante como o debate intelectual impactou as discussões que antecederam a criação da UERGS. A oposição ao Governo do Estado utilizou exatamente aquele argumento para se contrapor à Tg da criação da universidade, ou seja, que os recursos deveriam ser usados na educação fundamental e média, que possuem uma crescente demanda, além de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define como prioridade para os Estados o atendimento a este segmento de ensino. Esta resistência foi vencida quando a própria oposição, na tentativa de deslegitimar o Orçamento Participativo¹⁰, fez as reuniões do Fórum Democrático¹¹ no interior do Estado e recolheu apoio popular, inclusive de seus apoiadores políticos, à proposta da criação da universidade estadual.

Outro debate que merece destaque ocorreu durante o período de “luta” pela universidade estadual. Ao longo de 17 anos aconteceram inúmeras mobilizações, discussões e seminários, com a participação do movimento estudantil das universidades comunitárias e/ou privadas e de Deputados Estaduais. Naquele período, foram apresentados, e até aprovados, na Assembléia Legislativa gaúcha, alguns projetos que autorizavam e/ou determinavam que o poder executivo criasse a universidade estadual. As universidades comunitárias e/ou privadas (UCS, UNIJUÍ, FISC, URCAMP, UNICRUZ, UPF e URI) defendiam que a nova instituição deveria ser constituída através da incorporação do seu patrimônio físico e profissional por parte do Estado do RS. Os reitores daquelas universidades chegaram, inclusive, a enviar correspondência oficial ao Governador afirmando este desejo e compromisso (Albuquerque; Rossato, 2002).

Esta opção foi abortada no momento da efetiva criação da universidade estadual em 2001, porque o governo estadual pretendia influenciar diretamente na concepção da

¹⁰ O Orçamento Participativo é um processo de gestão pública onde o mandatário abre a possibilidade de que os cidadãos, do município ou estado, discutam e definam onde deve ser investido (obras e serviços) o dinheiro público. Para coordenar este processo, o poder público cria uma estrutura administrativa. Existe uma vasta bibliografia que define e analisa o Orçamento Participativo. Para uma discussão científica mais contemporânea ver: (Avritzer; Navarro, 2003).

¹¹ O fórum democrático foi criado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para, num primeiro momento, discutir o orçamento estadual e, posteriormente, assuntos de relevância do Estado.

nova instituição, situação praticamente impossível caso incorporasse patrimônios profissionais e físicos já consolidados.

A concepção da nova universidade gaúcha almejava romper

[...] alguns falsos dilemas que aparecem na discussão sobre o ensino superior no Brasil. As contraposições entre massificação e excelência, relevância e qualidade, rigidez burocrática e flexibilidade organizacional, ensino de graduação e de pós-graduação, docência e pesquisa, ensino presencial convencional e ensino à distância, podem e deverão ser suplantados pela nova universidade (Rio Grande do Sul, 2000, p. 25).

Para a superação destes limites, a universidade foi pautada por um conjunto de princípios, dos quais é relevante destacar: (i) ampliação gradativa do acesso à educação superior primando pela construção de um conhecimento qualificado; (ii) internalização de um novo paradigma sistêmico em todas as áreas do conhecimento rompendo a fragmentação disciplinar e mecanicista. Adoção do conceito de interdisciplinaridade e de redes de conhecimento; (iii) capacidade de ‘ouvir’ as necessidades da sociedade e ser por ela controlada de forma efetiva; (iv) formação de profissionais aptos a desempenharem funções públicas de modo inovador e sensível à realidade social e política do Estado e do País (Rio Grande do Sul, 2000).

A UERGS assume a responsabilidade de ser uma “universidade voltada para a inovação no contexto de uma ética da discussão”. Prosseguindo no diagnóstico, o grupo de trabalho analisa a postura das ciências sociais em relação às mudanças da sociedade contemporânea:

A potência de mudança das sociedades contemporâneas tem na técnica sua mola propulsora [...]. Mesmo as ciências sociais, incluindo o pensamento econômico, tiveram dificuldades para aceitar esse fato [...]. Nos dias atuais, evoluiu-se, no campo teórico, de uma situação de ‘marginalidade da técnica e da tecnologia’ para a ‘totalidade da técnica e da tecnologia’. Elas dominam a totalidade da vida social, econômica, política e, finalmente, cultural, a ponto de a tecnicização da vida cotidiana se constituir na faceta contemporânea por excelência da alienação humana, num dos principais, senão no principal, instrumentos de controle político e ideológico e de imposição de interesses privados sobre o conjunto da sociedade (Rio Grande do Sul, 2000, p. 17).

Esta situação impõe que se faça uma “teoria crítica da inovação”, que pode ser definida como um projeto de reconciliação entre a inovação científica e tecnológica e a ética. O primeiro elemento relevante que emerge desta reflexão é o questionamento em relação às grandes teorias e “[...] suas pretensões totalizantes e tentações metafísicas, em favor de uma abertura epistemológica ao mundo da vida, revalorizando o cotidiano e suas exigências (Rio Grande do Sul, 2000, p. 29).

A relativização do pensamento estratégico abre a possibilidade de uma ética da discussão, que permite a redução das incertezas através do uso argumentativo da razão¹². É perfeitamente verificável o quanto o conhecimento gerado contemporaneamente tem produzido incertezas¹³, que não podem ser resolvidas exclusivamente no interior da ciência ou da comunidade científica, sendo necessário o confronto de outras opiniões e de outros grupos sociais, pautados pelo resgate da ética.

Com isto, a prática científica enquanto tal é convocada à modéstia de uma teoria do discurso, que chama a atenção para o fato de que a ciência é, antes de tudo, discurso, e o dado científico só existe, só é capaz de produzir resultados no campo da ciência, quando introduzido argumentativamente no interior da comunidade científica (Rio Grande do Sul, 2000, p. 29).

As universidades clássicas possuíam uma cultura acadêmica “desinteressada”, ou seja, distanciada dos interesses econômicos imediatos da sociedade, no entanto, o mundo contemporâneo esvaziou estas pretensões produzindo uma desconstituição das fronteiras entre as ciências puras e aplicadas, bem como uma crescente exigência de sociabilidade nas profissões de nível superior. Preservar o papel das universidades clássicas, aliado à capacidade de inserção dinâmica no complexo de demandas da sociedade contemporânea é uma necessidade.

Em síntese, a Universidade Estadual

[...] deverá aproximar-se do modelo de uma Universidade Tecnológica, no sentido de ser fortemente motivada pela aliança entre a formação profissional e a pesquisa voltada ao desenvolvimento e à inovação. No

¹² O conceito de ética da discussão é desenvolvido por Habermas, influenciado por Karl Otto-Appel, e mais recentemente por Santos (2002).

¹³ Os produtos geneticamente modificados e a clonagem humana são exemplos disso.

entanto, ela deverá guardar o essencial da tradição humanista do modelo clássico de universidade, no sentido da preocupação com a universalidade do conhecimento, na qual irá buscar as respostas às exigências práticas com que se defrontar, ao invés de limitar-se a uma abordagem tecnicista ou economicista da realidade (Rio Grande do Sul, 2000, p. 31).

Os princípios organizacionais originais da UERGS eram bastante inovadores, pois previam a garantia da democracia nos organismos de gestão e de decisão, além da necessidade de definição de mecanismos compensatórios de desigualdades sociais dos candidatos ao ingresso, no momento da seleção, garantindo a igualdade de oportunidade.

A concepção pedagógica da universidade era orientada pelo princípio da ética da discussão. Seus principais aportes são: (i) a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade que orientam a formação ética dos profissionais para a complexidade do mundo e para a necessária alteridade nas relações humanas; (ii) a formação inovadora e comprometida com a prática social dos indivíduos no que tange a modalidades de formação profissional, abrangendo profissões tecnológicas de nível pós-médio e de pós-graduação; superação do tecnicismo reconciliando a civilização tecnológica com as tradições do humanismo; é a inovação pedagógica que deverá estimular a criatividade intelectual da comunidade acadêmica e ampliar ao máximo o alcance da universidade; (iii) a unidade entre ensino, pesquisa e educação permanente (ou extensão) como forma de integrar seu corpo discente nos espaços de produção econômica, da gestão privada ou pública e da organização e reprodução da vida social; (iv) ensino presencial, ensino presencial virtual e ensino à distância para democratizar, crescentemente, o conhecimento e racionalizar, progressivamente, os sistemas de pensamento; (v) a arte presente no cotidiano da universidade como forma insuperável de possibilitar o pleno desenvolvimento da consciência cidadã, e o ensino de uma segunda língua em razão dos processos de globalização econômica e o desenvolvimento de redes comunicacionais (Rio Grande do Sul, 2000).

O Estado do Rio Grande do Sul ficou ausente de uma atuação direta e substantiva na educação superior durante 51 anos, quando reassume a tarefa em 2001. A UERGS

inicia suas atividades acadêmicas em 2002, fazendo o primeiro vestibular, inaugurando seus Campi e iniciando os primeiros cursos.

A organização da UERGS, definida na sua criação, ocorre sob a forma de uma Fundação de Direito Privado com financiamento público, multicampi, com autonomia pedagógica, didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, garantida a gratuidade do ensino nos seus cursos regulares. Os objetivos estão expressos na lei nº 11.646/01 – art. 2, que criou a UERGS:

[...] ministrar o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação de tecnólogos; oferecer cursos presenciais e não presenciais; promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável, o aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais (Rio Grande do Sul, 2001, art. 2, p. 1).

Uma inovação incorporada na nova instituição é o formato de ingresso dos estudantes que, além de ser realizado através de seleção pública, mantém uma reserva de 50 % das vagas para candidatos pobres e 10 % para deficientes físicos. Em março de 2002 a UERGS inicia suas atividades acadêmicas inaugurando vários campi e apresentando o formato de seus cursos. Os quadros 1 a 6 apresentam a área de atuação, o curso, seu objetivo e a localização dos campi.

Quadro 1 – Área de atuação: Educação.

Curso	Campus	Objetivo
Pedagogia – Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos	Cruz Alta, Bagé, Tapes, Alegrete, São Francisco de Paula, Cidreira e Vacaria	Formar professores de crianças, jovens e adultos, para trabalharem com pesquisa-ensino e desenvolverem processos educativos numa perspectiva emancipatória.
Pedagogia da Arte	Montenegro	Formar “professores artistas” para o Ensino Fundamental e Médio. Além da formação pedagógica, o professor aluno terá uma formação no conjunto das artes: Dança, Música, Teatro e Artes Visuais, podendo optar para a qualificação em uma delas.

Fonte: UERGS, 2003.

Quadro 2 – Área de atuação: Gestão Pública.

Curso	Campus	Objetivo
Gestão Pública Participativa – Especialização	Porto Alegre	Formar profissionais para atuar na área da gestão pública, nas esferas municipal, estadual e federal, entidades não-governamentais e movimentos populares.

Fonte: UERGS, 2003.

Quadro 3 – Área de atuação: Saúde Pública.

Curso	Campus	Objetivo
Administração de sistemas e serviços de saúde	Porto Alegre	Formar gestores e planejadores do sistema de saúde públicas municipal, estadual e federal, capacitados para otimizar os recursos, através do planejamento participativo.

Fonte: UERGS, 2003.

Quadro 4 – Área de atuação: Gestão Ambiental.

Curso	Campus	Objetivo
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, Caxias do Sul, Novo Hamburgo.	Formar profissionais habilitados para desenvolver e gerenciar o sistema produtivo através de tecnologias limpas e adequadas à preservação do ambiente.

Fonte: UERGS, 2003.

Quadro 5 – Área de atuação: Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas e Agroindustriais.

Curso	Campus	Objetivo
Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, Sananduva, Encantado.	Formar profissionais para o planejamento do desenvolvimento rural e na gestão de unidades de produção agrícola e agroindustrial, com ênfase na economia familiar.
Engenharia de Alimentos (Convênio com UPF)	Passo Fundo	Formar profissionais para o gerenciamento de sistemas industriais no processamento de alimentos e fiscalização.
Química Industrial de Alimentos (Convênio com UNIJUÍ)	Santa Rosa	Formar profissionais especializados no processamento e controle dos mais diversos tipos de alimentos, apto a planejar, supervisionar e propor projetos referentes à indústria de alimentos.

Curso	Campus	Objetivo
Ciência e Tecnologia de Alimentos – Habilitação em Laticínios	Ibirubá	Formar profissionais para intervir na cadeia agroindustrial de diferentes matérias primas (com ênfase em laticínios), equacionando problemas de organização da produção, da transformação e de mercados.

Fonte: UERGS, 2003.

Quadro 6 – Área de atuação: Desenvolvimento de Sistemas de Produção Industrial.

Curso	Campus	Objetivo
Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial	Novo Hamburgo	Formar profissionais para o desenvolvimento de processos automatizados nos diferentes setores econômicos regionais, atuando na implementação, manutenção e otimização destes.
Engenharia Mecânica (Convênio com UNIJUÍ)	Panambi	Formar profissionais capazes de situar problemas e de conceber soluções tecnológicas com percepção dos aspectos técnicos, econômicos, ambientais, políticos e produtivos.
Engenharia em Sistemas Digitais	Guaíba	Formar profissionais aptos a atuar na área de sistemas microeletrônicos de alta integração, a desenvolver projetos eletrônicos na área digital e a atuar na transição de tecnologias convencionais para a microeletrônica.

Fonte: UERGS, 2003.

É visível a inovação dos cursos de graduação, sendo que alguns são completamente inéditos na sua concepção e formatação. Nesse sentido, apresentar-se-á no quadro 7 a grade curricular do curso de “Desenvolvimento rural e gestão agroindustrial”, cujo programa foi escolhido por representar um curso bastante inovador, que não possui similar em outras universidades, além de destacar a relevância das ciências sociais na matriz disciplinar.

Quadro 7 – Grade curricular e semestralização do curso “Desenvolvimento rural e gestão agroindustrial”.

Semestre	Disciplina
1º	Introdução ao pensamento econômico Introdução ao pensamento social Introdução à informática Matemática aplicada Teoria geral da administração I

Semestre	Disciplina
	Língua portuguesa
2º	Teorias do desenvolvimento Antropologia das populações rurais Teoria geral da administração II Métodos estatísticos Agroecossistemas I Língua estrangeira I
3º	Evolução e dinâmica dos sistemas agrários Desenvolvimento agrário brasileiro História dos movimentos sociais no campo Filosofia da ciência Tópicos de economia aplicada Agroecossistemas II Língua estrangeira II
4º	Economia e meio ambiente Sociedade e meio ambiente Gerenciamento de unidades de produção I Princípios e técnicas de contabilidade de organizações rurais Logística agroindustrial Tópicos especiais I
5º	Análise e diagnóstico de sistemas agrários regionais Políticas de desenvolvimento no Brasil Gerenciamento de unidades de produção II Comercialização de produtos agropecuários Tecnologia de processamento de produtos agrícolas
6º	Análise e diagnóstico de unidades de produção Economia da cooperação Políticas agrícolas Gestão das organizações rurais Legislação agrária e ambiental Bases epistemológicas da agroecologia
7º	Metodologia de elaboração de projetos sociais Mídia, comunicação e métodos participativos Planejamento do desenvolvimento local Estratégias e competitividade das organizações Gestão financeira de organizações rurais Metodologia de pesquisa
8º	Planejamento de políticas de desenvolvimento agrícola Economia agroalimentar contemporânea Elaboração e análise de projetos Gestão de recursos humanos Tópicos especiais II Trabalho de conclusão de curso

Fonte: UERGS, 2005.

Pode-se observar que, de 48 disciplinas, 26, ou seja, mais de 50 % são ligadas às ciências sociais, revelando sua importância para o curso. Essa tendência é bastante comum entre todos os cursos apresentados anteriormente, com a exceção do curso de “Tecnologia em automação industrial”, onde não aparece nenhuma disciplina relacionada às ciências sociais.

Na pesquisa sobre o perfil dos docentes da UERGS, verificou-se um universo de 112 *Curriculum Vitae* que revelou uma quantidade significativa de professores com formação em ciências sociais. O nível de formação¹⁴ se divide da seguinte forma: 11 graduados, 12 especialistas, 66 mestres, 23 doutores dos quais 4 realizaram estudos de pós-doutoramento.

Algumas trajetórias acadêmicas individuais possuem peculiaridades, como o caso de um professor boliviano que se graduou em química na Universidade *Mayor de San Andrés de La Paz* em 1974, e no Brasil cursou mestrado e doutorado na UNICAMP. Outro exemplo é o de uma professora que se graduou em economia na UFRGS em 1983, cursou mestrado em economia na *London School of Economics de Londres* (Inglaterra) em 1992 e doutorou-se em saúde coletiva na UNICAMP em 2000. Outra professora graduou-se em educação musical na Faculdade de Música Palestina em 1979, cursou mestrado em educação na PUC/RS e doutorou-se em educação na Universidade do Minho em Portugal em 1994, e na Universidade Santiago de Compostela na Espanha em 1999. A tabela 2, a seguir, relaciona o nível de formação dos profissionais à origem sub-regional.

Tabela 2 – Formação acadêmica e origem sub-regional.

Origem	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Subtotal
Rio Grande do Sul	6	4	1	9	90
Brasil (Exceto RS)	6	4	-	1	11
Estrangeiro	1	3	-	-	4
N/L		5	1	1	7
Subtotal	23	66	12	11	112

Legenda: N/L = Não localizado.

Fonte: Pesquisa empírica do autor.

¹⁴ O nível de formação diz respeito ao maior grau acadêmico conquistado pelo professor. Para ilustrar, não se está considerando no montante de mestres os doutores que possuem mestrado.

O quadro demonstra que 80,35 % dos professores da universidade são oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto 9,82 % são originários de outros estados brasileiros e 3,57 % são de origem estrangeira. Isto indica que o quadro funcional da UERGS é majoritariamente composto por gaúchos, o que por sua vez demonstra que a atratividade profissional da universidade não se fez sentir por profissionais originais de outros Estados e, de outro lado, que o Rio Grande do Sul possui um contingente considerável de profissionais de nível superior. A tabela 3, a seguir, mostra a relação entre o maior nível de formação e o local de formação.

Tabela 3 – Formação acadêmica e local de formação.

Local de formação	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
Rio Grande do Sul	9	52	10	10	81
Brasil	7	10	1	1	19
Exterior	7	4	1	-	12
Subtotal	23	66	12	11	112

Fonte: Pesquisa empírica do autor

As informações acima demonstram que a maioria dos professores da UERGS (72,32 %) são formados em universidades gaúchas, e um percentual menor no restante do país (16,96 %), enquanto outros países formaram-se apenas 10,71 % dos profissionais. No entanto, é adequado ressaltar que, em relação à origem sub-regional, o percentual decresce em torno de 8%, o que significa que muitos professores universitários aproveitaram a oportunidade de inserção profissional aberta pela UERGS para voltar ao Estado natal. De outro lado, demonstra que muitos profissionais, ainda, deslocam-se para outros estados e outros países para realizarem seus estudos acadêmicos superiores.

Na tabela 4 destaca-se a relação entre a quantidade de professores que possui seu nível mais elevado de formação realizado em alguma área das ciências sociais, bem como quantidade de publicações.

Tabela 4 – Cientistas sociais e autores frente ao total de professores da UERGS.

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
Total	23	66	12	11	112
Cientistas sociais	9	37	7	3	56
Autores	20	38	4	3	65

Fonte: Pesquisa empírica do autor.

Demonstra-se que percentual significativo dos profissionais (58,03%) possuem alguma publicação científica, muito embora não foi possível verificar a periodicidade destas publicações. A outra informação confirma a veracidade da hipótese deste trabalho, ou seja, as ciências sociais influenciam decisivamente não somente na concepção da UERGS, mas, principalmente, na sua consolidação, pois 50 % dos professores possuem seu maior nível de formação nesta área.

Outro dado que confirma a hipótese é que, dos 66 professores mestres, 21 estão cursando doutorado e, destes, nove estão na área das ciências sociais, ou seja, 42,86%. Se desagregamos as informações dos doutores e mestres, isto continua evidente: 39,06% dos doutores possuem formação na área das ciências sociais, enquanto entre os mestres esse percentual sobe para 50,06 %.

Em relação às instituições que forneceram os profissionais para a universidade estadual, destacam-se, para os doutores, a UFRGS (7) e a UNICAMP (6), sendo que ambas se destacam em fornecer profissionais de ciências não sociais, quatro cada. Da UFRGS afluíram três formados em ciências sociais. Além das instituições acima, encontramos profissionais formados pela USP, PUC/RS, UFPEL, UENEF, com um cada.

Na universidade estadual não ocorre a predominância de nenhuma instituição estrangeira na formação de doutores, pois encontramos diplomas oriundos da França, Portugal, Polônia, Estados Unidos e Alemanha (um cada) e da Espanha (3) (um fez doutorado também em Portugal), onde um é formado na área das ciências sociais.

As instituições que formaram mestres para a UERGS são, também, bastante variadas, no entanto, emerge claramente a predominância da UFRGS, que formou 14 mestres na área das ciências sociais e 10 de outras áreas, e a UFSM, que formou nove das ciências sociais e três outros. Destacam-se, também, a PUC/RS, que formou cinco

mestres em ciências sociais e quatro de outras áreas, e a UNICAMP, com três em outras áreas. Além destas universidades, formaram professores mestres na área das ciências sociais a UNIJUI (1), UMESP (1), UNISINOS (2), PUC / SP (1), UPF (3) e UFRRJ (2). Para outras áreas, a UNIJUI (1), UFPR (1), UFSC (2) e a FURG (1).

O paralelo existente entre a UERGS e a USP é: (i) a reflexão original que afirma a importância de instituições de nível superior para fazer frente aos processos de transformação sociais e políticos dos períodos correspondentes (para a USP, o início dos anos 1930; e para a UERGS, o início do século XXI); (ii) a avaliação que verifica a necessidade de ampliação da educação secundária e fundamental, impulsionada a partir da universidade; (iii) a concepção de educação inovadora, científica, não obstante a manutenção de uma formação universal e humanista responsável pela constituição de “intelectuais desinteressados”; (iv) o investimento na formação de professores secundaristas – o que na USP se mostrou, inicialmente, contraditório, uma vez que o público que afluía a universidade era grandemente originário deste setor e não necessariamente voltava para a docência de nível médio.

Conclusão

Os países do seletivo e hermético G8, grupo dos oito países mais ricos do planeta, construíram seu desenvolvimento econômico investindo fortemente na educação em geral e na educação superior e pesquisa em particular. Nesta mesma perspectiva, no Brasil, o Estado de São Paulo define a educação superior, notadamente com a criação da USP, como forma privilegiada de articular a elite intelectual e definir bases científicas, econômicas e, mais tarde, políticas para a projeção do Estado no cenário nacional e, até, mundial.

Isto faz-nos inferir que a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul tem um potencial significativo para o desenvolvimento do Estado, principalmente porque facilita um conjunto de possibilidades científicas, econômica e políticas e, de outro lado, constitui-se como a retomada do investimento e coordenação estadual na educação superior, após 51 anos de ausência.

A hipótese de trabalho foi confirmada a partir da revelação da influência das ciências sociais, e dos seus profissionais, na constituição, concepção e consolidação da UERGS, uma vez que 50 % dos professores possuem titulação nas ciências sociais, muito embora os cursos oferecidos pela UERGS não se restrinjam a este campo do conhecimento.

Para além dos resultados deste artigo, permanecem muitos temas que merecem ser abordados numa agenda de pesquisas futuras, tais como: o debate sobre a concepção da universidade: conseguirá equalizar polos tão distintos quanto à inovação tecnológica e a T g clássica de universalidade do conhecimento? Caso haja uma guinada da concepção em direção à inovação tecnológica, as ciências sociais manterão seu prestígio?

Posfácio

Como destacado na introdução, este trabalho é datado bem como as suas conclusões. O potencial da UERGS se materializou muito residualmente, pois desde 2002 vários governadores eleitos trabalharam contra a universidade, como o fizeram Ieda Crusius, Germano Rigotto, José Ivo Sartori e, agora, Eduardo Leite que durante o primeiro mandato (2019 – 2022), inclusive, interveio na Administração Superior indicando o Reitor, a revelia do resultado do processo eleitoral legítimo. Os cursos inovadores não resistiram, exemplo disso o Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial que foi transformado em Administração. A influência das Ciências Sociais se manteve até o final da década, quando os cursos passaram por mudanças e as seleções de professores passaram a fazer outras exigências.

O debate sobre a concepção da universidade já não é relevante, pois outras questões se colocam com, por exemplo, o desestímulo pela busca do ensino superior, as limitações dos cursos inovadores. Quando descobrimos as respostas, mudam as perguntas!

Referências

ALBUQUERQUE, B.; ROSSATO, R. **UERGS: uma trajetória vitoriosa: registros para a história.** Santa Maria: Biblos Editora. 2001.

ARRUDA, M. A. do N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘Escola Paulista’. In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil** (vol. 2). São Paulo: Vértica / IDESP. 1989. P. 107-232.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo.** São Paulo: Cortez. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse estatística da educação superior – 2001** Brasília: Ministério de Educação. 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Projeto Uergs Relatório do Grupo de Trabalho.** Porto Alegre, 2000. Mimeo.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse **Estatística da Educação Superior Graduação.** Brasília, DF: 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>

QUEIROZ, F. C. B. P. Et. All. Transformações no Ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** V. 21. N . 79. P 3459 – 370. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.646, de julho de 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS e dá outras providências.** Rio Grande do Sul: Assembleia Legislativa, 2001. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/11.646.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. Estatísticas Básicas do Ensino Superior RS 1998. Porto Alegre, 2000. Apud. ALBUQUERQUE, B.; ROSSATO, R. **UERGS: uma trajetória vitoriosa: registros para a história.** Santa Maria: Biblos Editora. 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. Estatísticas Básicas do Ensino Superior RS 1999. Porto Alegre, 2001. Apud. ALBUQUERQUE, B.; ROSSATO, R. **UERGS: uma trajetória vitoriosa: registros para a história.** Santa Maria: Biblos Editora. 2001.

SANTOS, B. de S. (org.). **A globalização e as ciências sociais.** 2^a ed. São Paulo: Cortez. 2002.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação.** Campinas: Autores Associados. 1997

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDO DO SUL (UERGS). Graduação. Porto Alegre: UERGS, [2003]. Disponível em: <https://uergs.edu.br/inicial>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDO DO SUL (UERGS). Área de Ciência Humanas. **Projeto político pedagógico do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.** Porto Alegre: UERGS, 2005.

UNESCO. **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização.** Anais. – Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.

Recebido em Abril de 2025
Aprovado em Julho de 2025